



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### **Ata n.º 176 / XIII / 4.ª SL**

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2019, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato de **Mesa e Coordenadores**, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia:**

#### **§ Único: Audiência ao Conselho das Comunidades Portuguesas.**

Compareceram pela delegação visitante:

- Flávio Alves Martins, Presidente do Conselho (Brasil)
- Nelson Ponta Garça, Vice-Presidente (EUA)
- Manuel Coelho, Secretário (Namíbia)
- Lígia Fernandes (África do Sul)
- Pedro Rupio (Bélgica)
- Ângelo Horto (Brasil)
- Maria de Lurdes Almeida (Venezuela)
- Rita dos Santos (China)
- Amadeu Batel (Suécia)
- Sandrina Silva (França)
- António Cunha (Reino Unido)
- Paulo Martins (EUA)

Aberta a sessão, o Senhor **Deputado Carlos Gonçalves**, que dirigiu os trabalhos, deu as boas vindas à Delegação, tendo manifestado o enorme interesse e satisfação em poder receber no Parlamento os elementos integrantes do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades, como tem vindo a ser hábito nos últimos anos. Após explicação acerca do modelo de funcionamento da audiência solicitada, foi concedida a palavra ao Senhor Flávio Martins para intervenção inicial.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Usando da palavra, o **Presidente do Conselho** agradeceu a oportunidade concedida pela Comissão e pelo Parlamento português de, uma vez mais, poder partilhar no Parlamento e na Comissão Parlamentar que tutela as Comunidades Portuguesas, os pontos de vista dos portugueses que residem e trabalham no estrangeiro, espalhados pelo mundo. Começou por abordar a temática das alterações à legislação eleitoral e a participação cívica das Comunidades, tendo sublinhado o grande avanço que esta medida veio proporcionar no sentido de uma maior aproximação com Portugal, mormente em termos de participação cívica. Referiu, ainda, que a baixíssima taxa de abstencionismo verificada no último processo eleitoral não significou uma redução quantitativa no número efetivo de votantes. Diferentemente, resultou do início do funcionamento do sistema de recenseamento automático, o qual fez aumentar exponencialmente o número de inscritos nos cadernos eleitorais. Realçou, de seguida, a relevância da discussão prévia das políticas direcionadas para as comunidades, por parte dos Partidos na elaboração dos respetivos programas eleitorais. Finalmente, antecipou a posição discutida no Conselho, de defender uma mudança na tutela governamental a que o organismo está presentemente sujeito, por entender que a dependência face ao MNE não ser a que melhor serve a representação das Comunidades, cujas conclusões serão apresentadas amanhã, aquando da audiência que irá ocorrer com o Senhor Presidente da Assembleia da República.

Intervieram, seguidamente, os Senhores **Deputados**:

**Pedro Filipe Soares (BE)**, que manifestou a satisfação do BE relativamente ao incremento do recenseamento eletrónico, pese embora se mostre necessário promover algumas adaptações e melhorias, mormente em áreas onde está em causa interpretações diferenciadas da lei aplicável, como se passou no caso dos cidadãos que votaram na Alemanha.

**José Cesário (PSD)** que, tratando-se da última reunião conjunta, agradeceu o espírito de trabalho leal, produtivo e dedicado como decorreu a relação com o Parlamento e, em especial, com esta Comissão. Saliou o facto de o número de votantes ter duplicado, embora tenha subido a taxa de abstencionismo. A divulgação das medidas deve ser incrementada junto das populações destinatárias, aspeto em que os serviços governamentais falharam. Sublinhou a necessidade de se descentralizar e aumentar o número de mesas de voto, devendo o voto eletrónico passar a ser adotado,



preferencialmente e se tecnicamente seguro, prescindindo da presença dos votantes, solução que deve ser pensada já para as próximas legislativas.

**Odete João (PS)**, apresentou os cumprimentos do coordenador do PS na Comissão, que por motivos de trabalho político, não pôde estar presente como gostaria. Salientou igualmente o incremento do recenseamento eletrónico, o qual deve ser devidamente divulgado junto dos seus destinatários. Vincou, ainda, a relevância dos contributos do Conselho, parceiro essencial para conhecer e suprir as necessidades das comunidades de portugueses que residem e trabalham no estrangeiro, bem como a relevância do ensino do português junto das comunidades, onde muito foi já feito. Terminou, declarando aguardar com interesse as conclusões que irão ser apresentadas amanhã pelo Conselho.

**Paula Santos (PCP)**, que salientou a relevância da partilha de informação assim proporcionada, essencial para a discussão acerca da melhoria das condições de vida dos portugueses residentes no estrangeiro, sendo essencial conhecer o teor do documento sobre as conclusões dos trabalhos do Conselho. Prosseguiu, referindo que o PCP possui dúvidas quanto a segurança, fiabilidade e confidencialidade associadas ao mecanismo do voto eletrónico, sendo necessário refletir acerca dos resultados da recente experiência piloto que, nesta matéria, teve lugar no distrito de Évora, embora à partida tenha desde logo de se distinguir consoante o voto tenha lugar presencialmente ou não. Outro aspeto ficado foi o da promoção e valorização da língua portuguesa, designadamente, com o fim da propina de inscrição. Terminou, sublinhando a necessidade de aumentar os recursos ao dispor dos diferentes Consulados.

**Carlos Páscoa (PSD)**, que salientou o grande avanço que foi proporcionado pelo novo recenseamento eletrónico, com reflexos, por exemplo, no caso da Venezuela, onde o funcionamento do sistema tem de ter em consideração a inexistência de serviço postal. Vincou a falta de informação das novas medidas, tendo exemplificado com o caso do Brasil, onde o único canal efetivamente visto é a SIC. Sugeriu que fosse estudada a possibilidade junto do Senhor Presidente do Parlamento, de ser efetuada uma sessão plenária especificamente dedicada às Comunidades Portuguesas.

**Paulo Neves (PSD)**, para salientar a relevância que lhe suscita, enquanto Deputado eleito pela Madeira, as situações das comunidades na Venezuela, África do Sul e Reino Unido. Salientou, em especial, o esforço que a Madeira tem envidado no sentido de acolher todos os retornados da Venezuela. Salientou o facto de o PSD Madeira ter vindo a promover os “Encontros da Diáspora”, onde as sugestões das comunidades são sempre valoradas na elaboração do programa político do Partido. Tanto na Comissão como em Plenário, a temática das Comunidades tem estado sempre bastante presente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Berta Cabral (PSD), para secundar as palavras proferidas pelo colega anterior, com quem partilha, enquanto açoriana, o conjunto de problemas com que se deparam os migrantes oriundos da Madeira. Salientou a questão de os emigrantes açorianos deverem tentar sempre adquirir a dupla nacionalidade no país de destino, bem como a questão das deportações dos Estados Unidos.

Retomou a palavra o **Senhor Presidente**, para questionar acerca das motivações da anunciada sugestão de alteração da tutela do Conselho. Relembrou que o PSD sempre defendeu que, para todas as eleições, fosse possível associar os votos postal e presencial. No círculo da Europa, deve ser considerado o facto de muitos portugueses terem participado em listas locais, nos países onde residem, o que os impede de votar nas eleições europeias em Portugal, tendo dado o exemplo de França e no Luxemburgo. Por conseguinte, qualquer avaliação mais negativa que seja feita, tendo por pano de fundo as eleições europeias, não pode deixar de valorizar o que antecede. Anunciou, ainda, que na próxima semana vai estar em Londres e Manchester uma delegação desta comissão, onde haverá oportunidade para trocar diretamente impressões com os representantes políticos britânicos, bem como com representantes das comunidades ali residentes.

Registaram-se seguidamente intervenções dos Conselheiros, **Pedro Rupio** (Bélgica), **Amadeu Batel** (Suécia), **António Cunha** (Reino Unido), **Nelson Garça** (EUA), **Paulo Martins** (EUA), **Ângelo Horto** (Brasil) e **Rita Santos** (Ásia e Oriente).

Interveio, ainda o Presidente do Conselho, para agradecer a disponibilidade e lembrar que será muito brevemente lançado o novo sítio eletrónico do Conselho.

---

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Deputado Carlos Gonçalves** deu por terminada a audiência pelas 15 horas, agradecendo a presença dos Conselheiros e renovando a disponibilidade da Comissão para ouvir e receber todos os materiais relacionados com a atividade da Rede.

Palácio de S. Bento, 29 de maio de 2019,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**O Presidente da Mesa (em exercício)**

**(Carlos Alberto Gonçalves)**

**Estiveram presentes os Senhores Deputados:**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

- Carlos Alberto Gonçalves
- João Oliveira
- José Cesário
- Nuno Magalhães
- Pedro Filipe Soares
- Berta Cabral
- Carla Sousa
- Lara Martinho
- Odete João
- Paula Santos
- Paulo Neves

**A presente Ata foi lida e aprovada em sessão da Comissão ocorrida a 09/07/2019.**